

Melhor defesa do emprego é crescer

IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL DEVE SER ENFRENTADO COM POLÍTICAS RACIONAIS

MARCELO DE PAIVA ABREU

Depois de cinco anos de tentativa de manter a economia brasileira estabilizada e fazer avançar, meio aos trancos e barrancos, um programa de reformas que é condição necessária à volta do crescimento sustentado, é surpreendente a persistência de políticas conflitantes com esta estratégia. É como se as pesquisas de opinião fizessem o governo abandonar a crença de que há chance crescente de que a volta do crescimento, combinada com contínuo sucesso da estabilização, seja, mais uma vez, capaz de gerar resultados eleitorais favoráveis no momento oportuno.

Em março de 98, a McKinsey Brasil e o McKinsey Global Institute divulgaram um grande estudo sobre a produtividade no Brasil (*Produtividade: A Chave do Desenvolvimento Acelerado no Brasil*). Sublinhava o escopo para crescimento que resultava do diagnóstico de oito setores no Brasil quando comparados aos mesmos setores em países representativos. Embora tais avaliações sempre possam comportar qualificações metodológicas, não há dúvida quanto à enorme disparidade entre a produtividade da mão-de-obra no Brasil e noutras economias, mesmo depois dos grandes avanços feitos até 1996. Tomando a economia norte-americana como referência, a produtividade brasileira nos setores escolhidos variava entre 14% no setor varejista de alimentos e 68% na siderur-

gia. Em termos agregados a produtividade brasileira seria da ordem de 22% da norte-americana. Pode-se também tomar a Coreia como exemplo: a produtividade brasileira nos setores escolhidos variava entre 43% da coreana para processamento de alimentos e 84% na produção de veículos de passeio. Em média, a produtividade da mão-de-obra no Brasil era apenas 61% da coreana. Parte destas disparidades é explicada pelo menor custo da mão-de-obra no Brasil, mas qualquer estratégia econômica crível para o País necessariamente repousará sobre o rápido aumento da produtividade

da mão-de-obra. Isto é um requisito para que o Brasil reverta o encolhimento de suas exportações como proporção das exportações mundiais e atenuar restrições de balan-

ço de pagamentos à retomada do crescimento sustentado. É também fundamental para possibilitar um aumento continuado dos salários e do padrão de vida dos trabalhadores brasileiros.

A modernização intensiva da indústria e dos serviços, combinada com a queda do nível de atividade, gerou desemprego e redução do número de postos de trabalho. Mas estas consequências socialmente indesejáveis podem ser revertidas em prazo mais longo pelo aumento da taxa de crescimento do produto e políticas ativas que podem incluir: re treinamento da mão-de-obra deslocada pela modernização – visando a capacitá-la para absorção nas atividades que crescem mais rapida-

mente –, bem como programas específicos de aumento de emprego e redução do custo indireto da mão-de-obra. Os especialistas em economia do trabalho creem, também, que muito poderia ser feito para aprimorar o seguro-desemprego tal como funciona hoje no Brasil.

Há, por outro lado, políticas de manutenção de emprego que, por serem meros paliativos e gerarem importantes distorções distributivas, não deveriam ser adotadas de forma generalizada e muito menos comemoradas como conquistas pelo governo. A recente decisão de impedir, pelo prazo de um ano, o uso de equipamento automatizado nos postos de gasolina se enquadra exatamente neste caso. É certo que são mantidos empregos de frentistas, mas, supondo-se racionalidade empresarial, o resultado menos visível desta decisão é combustível mais caro e, conseqüentemente, custos que são arcados pelos consumidores. Será que a política vai ser generalizada? Caixa eletrônico e uso de Internet para operações bancárias pode? E os trocadores de ônibus serão mantidos com base em argumento similar? Neste último caso a redistribuição de renda afeta setores mais pobres da sociedade via tarifas de ônibus mais caras.

Esta exótica política de defesa seletiva do emprego adotada pelo governo é aparentada com políticas protecionistas de reserva do mercado para a produção doméstica, cuja defesa mais publicável depende também de argumentos quanto à manutenção do emprego. Também no caso da proteção há uma assimetria que facilita a venda política da pretensa pana-

ceia: a manutenção de empregos é visível e o custo da política para os consumidores, nem sempre percebido com nitidez. De uma coisa podemos ter certeza, com base nos estudos feitos para o Brasil e outros países: seria mais barato pagar o salário integral dos trabalhadores que seriam afetados pelo desemprego, mantê-los em casa e abandonar a política protecionista do que arcar com os custos das distorções implícitas na proteção.

É uma decepção, neste quadro, ler comentários pretensamente irônicos de grandes exportadores de que o empresariado nacional não quer protecionismo, mas simplesmente tratamento equivalente ao recebido pelas empresas estrangeiras em seus respectivos mercados. Que produtos? Que empresas? Que países? Reconhecer que existem obstáculos às exportações brasileiras não deve servir de base à racionalização da tentativa de reverter-se ao protecionismo do passado. Ou os defensores da reversão da estratégia atual acreditam que o País tem condições de manter uma estratégia de política comercial do tipo “olho por olho, dente por dente” com nossos maiores parceiros? Será que ouviram falar de poder de barganha assimétrico? Talvez a principal razão para duvidar da exequibilidade de atingir US\$ 100 bilhões de exportações em 2002 seja o ranço autárquico que se detecta até mesmo entre nossos maiores exportadores. Está por ser criada uma verdadeira cultura de exportação no País.

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio

ESTÁGIO DE SÃO PAULO

16 SET 1999